

HOJE

Como funcionava o esquema desmontado pela Polícia Federal de Santa Catarina para lavagem de dinheiro e remessa ilegal para o exterior. A hierarquia do grupo que operava o esquema.

AMANHÃ

O esquema seguia a estratégia de outros escândalos de lavagem de dinheiro descobertos nos últimos anos, como Maluf, Mensalão e Toninho da Barcelona.

TERÇA-FEIRA

O negócio nebuloso envolvendo o líder do esquema e o mexicano Lúcio Ruedas Bustus, acusado de pertencer à principal quadrilha que envia cocaína do México para os Estados Unidos.

QUARTA-FEIRA

O histórico das principais operações da Polícia Federal desenvolvidas nos últimos meses e que tiveram impacto em Santa Catarina.

**A TROCA DE REAIS** por dólares entre uma agência de turismo de Joinville e muambeiros que compram e revendem mercadorias do Paraguai desencadeou a descoberta de um complexo e bilionário esquema de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e remessa ilegal de recursos para o exterior. A partir de Jaraguá do Sul, doleiros, empresários e um grupo de empresas montaram um verdadeiro conglomerado econômico, uma instituição bancária paralela.



**NESTA SÉRIE DE REPORTAGENS, A Notícia** mostrará os bastidores da investigação que fez ruir o maior esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas da história do Estado. O resultado da Operação Ouro Verde, divulgada em março, revelou a engenharia montada pelo empresário Rogério Gonçalves e a ligação com off-shores de dois paraísos fiscais; envolvendo, ainda, o mexicano Lúcio Bustus, integrante do grupo de tráfico de cocaína do México, o Cartel Juárez.

## OPERAÇÃO OURO VERDE

# O MAIOR ESQUEMA DE LAVAGEM DE DINHEIRO DA HISTÓRIA DE SC

Investigação desvendou negócio bilionário de sonegação por meio de "banco paralelo"

MARCO AURÉLIO BRAGA

O esquema que o empresário de Jaraguá do Sul Rogério Luis Gonçalves colocou à disposição das empresas catarinenses para administrar dinheiro de caixa 2 envolve remessa ilegal de dinheiro para o exterior e lavagem de dinheiro. São mais de 100 contas-correntes espalhadas por bancos brasileiros, duas off-shores – uma no Uruguai e outra nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecidos paraísos fiscais –, além de utilização de contas bancárias nos Estados Unidos e Alemanha.

Com isso, ele movimentou em seis meses mais de US\$ 1 milhão. Em cinco anos de atividade, o grupo teria provocado um rombo estimado em R\$ 1 bilhão só em impostos sonegados, segundo números preliminares da Receita Federal. Para as autoridades catarinenses, o sistema bancário paralelo que seria chefiado por Gonçalves é o maior esquema de lavagem de dinheiro da história de Santa Catarina.

A Notícia teve acesso a um relatório da Polícia Federal sobre a Operação Ouro Verde, desencadeada no final de março deste ano, e à denúncia do Ministério Público Federal no processo criminal que tramita na Justiça Federal de Florianópolis e coloca como réus cinco integrantes do grupo que

comandava a ação de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Dos cinco denunciados, três estão presos (Rogério Gonçalves, Clóvis Gonçalves e Sandro Wasch).

A investigação da PF de Joinville iniciou em 2005. Os agentes federais estavam de olho num grupo de doleiros joinvilenses que fazia trocas de reais por dólares para pessoas ligadas ao camelódromo da cidade. Uma agência de turismo agia ilegalmente como casa de câmbio.

O cerco começou a ser fechado em julho de 2006, quando um ho-

mem ligado a essa casa de câmbio foi preso pela Polícia Rodoviária Federal da cidade de Céu Azul, no Oeste do Paraná, com quase R\$ 500 mil. O volume de dinheiro fez a polícia chegar aos negócios de Rogério Gonçalves.

A partir deste momento, os policiais passaram a direcionar a investigação para outro lado. As empresas de Gonçalves começaram a ser vistas como a ponta de um esquema muito mais complexo do que a simples troca de moeda para muambeiros de Joinville comprarem produtos con-

trabandeados do Paraguai. Nascia a Operação Ouro Verde (em referência à cor das cédulas da moeda americana).

Com escutas telefônicas, os policiais federais começaram a desvendar as operações das empresas de Rogério Gonçalves. De origem humilde, o empresário desenvolveu uma carreira meteórica e bem-sucedida em Jaraguá do Sul, onde é dono de 15 empresas, entre concessionária da Volkswagen, empresa de transporte, indústria de cosméticos, aluguel de veículos, posto de combustível e

SALMO DUARTE, BD, 30/3/2007

agência de turismo.

A investigação da PF acabou descobrindo que o chamado Grupo Roger Tur servia para as mais diversas atividades. Pequenos doleiros utilizavam empresas do grupo para efetuar compra e venda de dólares e euros, além de envio de dinheiro para o exterior. Tudo sem a autorização do Banco Central brasileiro.

Além deste serviço cambial paralelo, os negócios da Roger Tur também funcionavam como uma espécie de banco paralelo. Empresas de quase todo o Estado delegavam aos negócios de Rogério Gonçalves a administração de um caixa 2 (dinheiro não contabilizado). O acordo visava a receber e descontar cheques, realizar depósitos para pessoas indicadas pelos responsáveis das empresas, recolher dinheiro e controlar transações através de uma espécie de conta-corrente mantida junto ao Grupo Roger Tur.

Nesta movimentação, também era enviado dinheiro para fora do País para pagamento de fornecedores ou simples depósito em outras contas bancárias. O banco clandestino funcionava a todo vapor usando um sistema chamado dólar cabo, que, em poucos meses, enviou para fora do País mais de US\$ 1 milhão.

marco.braga@an.com.br



## HIERARQUIA FAMILIAR E REDE DE COLABORADORES

Os negócios de Rogério Gonçalves funcionavam como um esquema hierárquico familiar. Conforme denúncia do Ministério Público Federal (MPF), o braço direito em todas as operações era o irmão dele, Clóvis Marcelino Gonçalves. Ele atuava como uma espécie de gerente, entrando em contato com as empresas interessadas em aderir ao esquema. Com prisão preventiva decretada, os irmãos Gonçalves ficaram detidos no Presídio Regional de Joinville e foram transferidos neste mês para o Presídio de Jaraguá do Sul.

Eles tiveram habeas corpus negado em definitivo pelo desembargador Néfi Cordeiro, da 4ª Região do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. O processo contra os dois tramita na vara criminal especializada em Crimes contra o Sistema Financeiro e Lavagem ou Ocultação de Bens Direitos e Valores em Santa Catarina. Também

são réus no processo outras três pessoas que, segundo a denúncia, faziam parte da operacionalização do esquema. O filho de Clóvis, Gustavo Gonçalves, 22 anos, era apontado nas investigações como braço do pai e ajudava na parte administrativa. Jaime Berri e Sandro Wasch eram os motoristas. A participação da dupla era enviar dinheiro em espécie para o Uruguai, onde eles depositavam na off-shore Fonteway, de Rogério Gonçalves. Sandro Wasch está preso em Porto Alegre por ter sido flagrado com dinheiro numa mala.

Outros citados na investigação ainda não foram denunciadas pelo MPF. Pelo menos três funcionárias do grupo Roger Tur sabiam das atividades. Pela denúncia entregue à Justiça, o esquema contava com apoio de uma funcionária do Besc que realizaria saques de até R\$ 100 mil e tentava encobrir os negócios ilegais.

## NÃO CONFUNDA OURO VERDE COM MOEDA VERDE

Embora deflagradas num curto espaço de tempo e com grande força em Santa Catarina, as operações Ouro Verde e Moeda Verde da Polícia Federal são diferentes.

### MOEDA VERDE

Desencadeada neste mês em Florianópolis. Prendeu empresários e servidores públicos por suposta participação em esquema de liberação de licenças ambientais para a construção de grandes empreendimentos.

### OURO VERDE

Realizada em março deste ano que prendeu empresários que seriam responsáveis por montar uma espécie de banco paralelo para lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

## ADVOGADO E INDICIADOS SILENCIAM SOBRE ACUSAÇÕES

Acusados pela Polícia Federal e Ministério Público Federal de comandar o esquema de lavagem de dinheiro e remessa ilegal para o exterior, os irmãos Gonçalves adotaram a estratégia do silêncio. No primeiro depoimento à Justiça Federal, no último dia 10, eles não responderam às perguntas formuladas pela juíza Ana Cristina Kramer e pelo MPF. Além dos irmãos, foi ouvido Jaime Berri, que também silenciou.

Os advogados alegam inocência de seus clientes e não comentam as denúncias da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. O advogado dos cinco réus no processo já apresentou a sua defesa prévia à Justiça Federal. Segundo Acácio Marcel Marcal Sardá, cabe ao Ministério Público Federal o ônus da prova e ele não se manifestará sobre as acusações.

Na sua avaliação, não há indício concreto que leve a apontar seus clientes como integrantes do esquema bilionário de lavagem de dinheiro. "Negamos qualquer tipo de crime", limita-se a afirmar. A defesa dos Gonçalves também negou que o grupo seja proprietário de duas off-shores, uma no Uruguai e outra nas Ilhas Virgens Britânicas.

O processo que envolve Rogério Gonçalves, Clóvis Gonçalves, Gustavo Marcelino Gonçalves, Sandro Wasch e Jaime Berri deu entrada na Vara Federal Criminal de Florianópolis no dia 19 de abril. A denúncia do Ministério Público Federal, formulada pelo procurador da República Maurício Gerum, foi protocolada em 2 de maio e, no mesmo dia, aceita pela juíza Ana Cristina Kramer. Os cinco indiciados passaram à condição de réus. Todos já foram ouvidos pela Justiça.